



A PERSPECTIVA DA INCLUSÃO NA SOCIEDADE DA EXCLUSÃO: a inclusão educacional da pessoa com deficiência e sua exclusão produtiva

Floriza Gomide Sales Rosa de Melo ¹

Marilete Geralda da Siva Perdigão²

RESUMO: Este artigo aborda as mudanças socioeconômicas e culturais características do processo de reestruturação produtiva do capital no início do século XXI, buscando compreender como essa nova configuração do capitalismo mundial afetou as relações sociais de trabalho e a constituição da política educacional no Brasil, em especial as políticas dedicadas à educação inclusiva, na estreita relação entre educação e mercado. Discute os sentidos de inclusão e exclusão na sociedade capitalista.

PALAVRAS-CHAVES: Capitalismo – Trabalho – Exclusão – Educação Inclusiva

ABSTRACT: This article discusses the changes socioeconomic and cultural characteristics of the restructuring process of the capital of the XXI century, trying to understand how this new configuration of global capitalism has affected the social relations of work and the establishment of educational policy in Brazil, in particular policies dedicated to inclusive education, in the close relationship between education and market. Discusses the meanings of inclusion and exclusion in capitalist society.

KEY-WORDS: Capitalism – Work – Exclusion – Inclusive Education

¹ Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal do Maranhão (UFMA). E-mail: florizagomide@gmail.com

² Doutora. Universidade Federal do Maranhão (UFMA).



1 INTRODUÇÃO

Neste artigo, temos por objetivo abordar as transformações socioeconômicas e culturais do capitalismo na contemporaneidade, no período compreendido entre o final do século XX e início do século XXI, analisando como essas mudanças influenciaram as transformações no mundo do trabalho e fundamentaram as reformas políticas na área da educação, ressignificando os conceitos e as práticas de inclusão e exclusão, tomando como referência a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva.

Para tanto, partimos do pressuposto que a inserção educacional e social da pessoa com deficiência na escola e no *mundo do trabalho*, tem significado sua contraditória exclusão tanto educacional quanto social, na medida em que, institucionalmente, as escolas não têm revertido as situações de marginalização, exclusão e subalternidade em que se encontram crianças, jovens e adultos pobres deste país, bem como pelo fato de que, no processo de reestruturação produtiva do capital, o(a) trabalhador(a) com deficiência encontra-se posicionado(a) no crescente contingente de trabalhadores(as) supérfluos, precarizados e desprotegidos, beirando aos horrores da indignidade humana.

Para aprofundamento da questão-problema proposta, utilizamos como referencial teórico os construtos marxistas de análise da sociedade capitalista, em especial os que tratam da transformação do dinheiro em capital, da exploração do trabalhador para produção da mais-valia, da produção da vida material e da divisão do trabalho. Traça-se deste modo um intenso diálogo com MARX (1989) e com outros pensadores de nosso tempo, os quais analisam a sociedade contemporânea, tendo como referencial o ideário marxista.

Num primeiro momento, são delineados os aspectos formadores dessa civilização contemporânea do capital, buscando compreender as mutações e crises do capitalismo a partir da década de 1960, chegando à caracterização do mundo do capital em tempos contemporâneos, no presente século. Para tanto, abordam-se os determinantes do excludente contexto da produção flexível e da desproteção social nas atuais relações de trabalho, bem como as características do *novo (e velho) mundo*



do trabalho, desvelando assim a ideologia das competências e os discursos de empregabilidade.

Ainda, para desvelar a estreita relação existente entre educação e mercado, buscou-se compreender a relação entre política, trabalho e educação, mostrando como a formação profissional do deficiente e sua educação tem servido para fortalecimento do projeto hegemônico de dominação capitalista e de reprodução do *status quo* vigente, por meio da discussão dos determinantes da inclusão da pessoa com deficiência no mundo do trabalho e sua concomitante exclusão produtiva.

Finalmente, busca-se desvelar os mitos sobre o trabalho e sobre a inclusão social de pessoas com deficiência na sociedade capitalista, por meio da discussão dos conceitos subjacentes à Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.

2 A REESTRUTURAÇÃO CAPITALISTA CONTEMPORÂNEA E SEUS EFEITOS NO MUNDO DO TRABALHO

Nossa reflexão inicia com a constatação de que a civilização contemporânea do capital, neste século XXI, é essencialmente diferente da organização capitalista em outros períodos históricos. Esta mudança tem início em meados da década de 70, com a queda das taxas de lucro e o declínio do modelo de acumulação taylorista-fordista, se estendendo pela década de 80.

Era preciso atacar esse momento crítico em várias frentes, de modo que o “descarrilhamento” econômico fosse corrigido. Essa reação determinou a ofensiva do capital, mediante a desregulamentação dos direitos trabalhistas; a privatização do Estado, em consonância com a lógica do mercado liberal; a flexibilização das relações produtivas e de trabalho e a reestruturação do processo de produção, em conformidade com o modelo Toyotista, em ascensão. Os patrões souberam aproveitar ao máximo o enfraquecimento das organizações trabalhistas, combinado ao aumento expressivo da mão-de-obra excedente, amedrontada pelo fantasma do desemprego. A partir de então, começam a ser trilhados os caminhos que conduziram à reestruturação produtiva, iniciando um profundo processo de mudanças, tanto conceituais, quanto produtivas.



A gestão vertical do trabalho é substituída pela horizontalidade dos grupos ou equipes de trabalho, explorados ao máximo em sua força produtiva, tanto manual quanto intelectual. O controle rígido da produção é superado pelas linhas de controle de qualidade, em cada etapa do processo, também de forma horizontal, dando a falsa impressão de que os tempos atuais, de democratização da informação e disseminação dos avanços tecnológicos, são também democráticos na *fábrica* e abrem espaço à participação dos trabalhadores no processo produtivo.

Essa nova conformação econômica e ideológico-política do capital, sustentada pelos ideais neoliberais e pela mundialização e financeirização capitalistas, na esteira da reestruturação produtiva, proposta pelo modelo de acumulação flexível, marcou profundamente o capitalismo a partir dos anos 90, acentuando suas características mais perversas neste início de século.

Na civilização contemporânea do capital, em que as transformações em seu padrão de acumulação obedecem à efemeridade do desenvolvimento científico e tecnológico acelerado, tudo é **flexível** e, por isso, as mudanças precisam responder às demandas dos “clientes”, ou seja, do(s) mercado(s) – onde quer que eles estejam.

No modelo flexível, nada é permanente, nem os empregos, nem as pessoas, muito menos as garantias de segurança e qualidade de vida. Tudo deve responder ao curtíssimo prazo: se os investimentos são de curto prazo para assegurar a reprodução do capital financeiro mundial, a produção e o consumo também deverão ser abreviados, diversificados e renovados para atender interesses e necessidades não das pessoas, mas do grande capital internacional.

Estamos diante de uma nova estrutura do capital, que se reconfigura em um “novo” mundo do trabalho, marcado por relações cada vez mais elásticas, não permanentes, fragmentadas e efêmeras – ultrapassando inclusive limites da legalidade e dos direitos humanos.

O capitalismo do século XXI, mais que em qualquer outra época, elevou à máxima potência sua capacidade expropriadora do homem e de sua força de trabalho, alienando-o sob as mais diversas formas de trabalho precarizado, em função da desregulamentação já mencionada. São trabalhos de tempo parcial ou terceirizados,



sem proteção social e nem vínculos, quer sejam objetivos (ausência de contratos, desrespeito aos direitos trabalhistas, jornadas de trabalho indignas e condições desumanas de trabalho em espaços insalubres) ou subjetivos (foco no individualismo e na competitividade, com destruição das identidades tanto coletivas quanto individuais; opressão do ócio e do tempo livre, padronização do gosto e dos comportamentos; reificação do homem pelo fetichismo da mercadoria, do consumo e do capital).

O capitalista, ao se apropriar da força de trabalho, quer extrair dela o melhor desempenho para expansão de seu negócio. Nas palavras de Marx,

“Como capitalista apenas personifica o capital. Sua alma é a alma do capital. Mas o capital tem seu próprio impulso vital, o impulso de valorizar-se, de criar mais-valia, de absorver com sua parte constante (...) a maior quantidade possível de trabalho excedente. O capital é trabalho morto que como um vampiro se reanima sugando o trabalho vivo e quanto mais o suga mais forte se torna. (...) Se o trabalhador consome em seu proveito o tempo que tem disponível, furta o capitalista”. (MARX, 1989, p. 262).

Como o capital não pode prescindir do trabalho vivo, ou seja, do capital variável, já que é através do trabalho socialmente necessário para a produção de mercadorias que se produz valor, ele furta do homem o tempo livre, lhe impõe necessidades e valores *globais* e ainda exige que ele “corra atrás” do trem bala da contemporaneidade, se qualificando e se adequando aos tempos modernos, refinando e atualizando assim a piada de Chaplin³.

“Um dos aspectos mais degradantes da ordem social do capital é que reduz os seres humanos à condição reificada, a fim de adequá-los aos estreitos limites da *contabilidade do tempo* do sistema: o único gênero de contabilidade – extremamente desumanizadora – compatível com a ordem social do capital”. (MÉSZÁROS, 2007, p. 42).

Na corrida desenfreada pela dominação dos mercados, em especial o financeiro, o capital exige do trabalhador competências e habilidades de um “novo mundo”, cobrando-lhe a responsabilidade pela sua qualificação pessoal para se ajustar aos novos tempos. É a época das multifunções e da capacidade de trabalhar em grupo, dando a falsa impressão de que se você não tem sucesso no mercado de trabalho, a culpa é exclusivamente sua, que não está devidamente preparado,

³ Charlie Chaplin, um dos atores britânicos mais famosos do cinema mudo, em seu filme *Tempos Modernos*, satiriza o mundo moderno e industrializado da década de 30, criticando explicitamente a exploração do trabalhador após a Revolução Industrial, numa clara referência ao modelo fordista de acumulação capitalista.



adaptado aos tempos flexíveis do presente, e que não tem preenchido o seu tempo “sabiamente”, para buscar a formação necessária à sua inserção, ou nas palavras de hoje, sua “inclusão” no mundo do trabalho.

3 A PERSPECTIVA DA INCLUSÃO NA SOCIEDADE DA EXCLUSÃO

Conforme examinado anteriormente, o modelo de acumulação flexível trouxe consigo a exploração intensificada do trabalhador, combinada ao desemprego estrutural e às formas precarizadas de trabalho, em substituição ao trabalho formal e regulado.

O discurso Toyotista, com a conversão do *trabalho vivo* em *trabalho morto*, passa a enfatizar a necessidade de o homem investir em uma formação mais completa para atender às demandas da modernização científico-tecnológica. Agora é preciso que o trabalhador contemporâneo saiba atuar em equipe, conciliando teoria e prática, mobilizando diversos conhecimentos, atitudes, habilidades e competências, de modo a garantir sua “participação efetiva e ativa” em todo o processo de produção. É a era do homem multifacetado, que reúne “qualidades” indispensáveis para sua inclusão e permanência no mundo do trabalho.

Politicamente, o discurso toyotista de gestão e de organização do mercado se fortalece e contribui para a reprodução do modo de produção capitalista, na medida em que estreita a relação entre educação e mercado, aliando às reformas educacionais da década de 90 os discursos da *empregabilidade* e da *equidade*.

“As orientações para as reformas educacionais dos anos 90 resguardam a possibilidade de continuar a formar a força de trabalho apta às demandas do setor produtivo, e no lugar da igualdade de direitos oferecem a equidade social, entendida como a capacidade de estender para todos o que se gastava só com alguns”. (OLIVEIRA, 2003, p. 75)

Esse discurso falacioso esconde, na realidade, a dupla dimensão do processo de exploração e expropriação da força de trabalho humana. De um lado, observa-se a intensificação do trabalho e, portanto, da exploração e estranhamento do trabalhador. E de outro, a responsabilização do trabalhador pelo seu sucesso ou insucesso no mundo do trabalho, pela sua inclusão ou exclusão das oportunidades de participação nos processos produtivos, pois, via de regra, *quem não tem competência*,



não se estabelece. Deste modo, o capital camufla ideologicamente, e na prática, a exclusão do mercado de trabalho formal para sua reinserção / inclusão em alternativas precárias de subsistência, bem como sua inclusão educacional deficitária para a posterior exclusão *justificada* do novo mundo do trabalho, que exige competências de empregabilidade que o trabalhador “mal formado” não possui.

Portanto, *formar para a empregabilidade significa também formar para o trabalho precário e para o desemprego* (CARDOZO, 2008, p. 173), uma vez que é no processo de ampliação da produtividade capitalista, com o crescimento acelerado do trabalho objetivado e a implementação dos princípios da “fábrica mínima” toyotista, que se produzem contingentes cada vez maiores de trabalhadores supérfluos, que são, diuturnamente, responsabilizados pelo seu maior ou menor potencial de *empregabilidade* e, portanto, de inclusão ou de exclusão produtiva.

“A responsabilização dos trabalhadores pela sua inserção no processo produtivo constitui característica notável do atual debate sobre educação e empregabilidade. Constatar que isso não é novidade somente confirma uma regra básica do capitalismo que é deixar a cargo dos próprios trabalhadores a luta pela reprodução da força de trabalho e, nesse sentido, a educação é condição indispensável”. (OLIVEIRA, 2003, p. 70-71)

É neste contexto excludente da sociedade capitalista contemporânea que se situam todos aqueles considerados improdutivos, não adequados ou “despreparados” para acompanhar a mudança veloz dos tempos, dos processos produtivos e das exigências e demandas desse novo mundo do trabalho. Nestes novos tempos, de proliferação dos discursos acerca da inclusão social e educacional de pessoas com deficiência, contraditoriamente, estas ainda são vistas pela sociedade do capital como desviantes da normalidade, não sendo consideradas adequadas para o mercado de trabalho competitivo. Destarte, o desviante é visto como ineficiente e improdutivo, restando a ele o desemprego justificado ou a informalidade/precariade no trabalho.

Em pesquisa, realizada em Campo Grande, ANACHE (1996, p. 124) observa que “em situações de crise, são os deficientes os primeiros a serem excluídos do quadro de funcionários, sem se questionar a sua produtividade”, desrespeitando inclusive a legislação em vigor no Brasil.



Além disso, dados do Censo Demográfico/IBGE 2010 comprovam que o acesso à educação e a permanência com qualidade nos bancos escolares ainda são restritos e precários para as pessoas com deficiência no Brasil. Enquanto 61,1% da população de 15 anos ou mais com deficiência não tem instrução ou possui apenas o fundamental incompleto, esse percentual é de 38,2% para as pessoas sem deficiência declarada (BRASIL, 2010). Numa sociedade dita “global”, em que o conhecimento é hipervalorizado, essa desvantagem clara no acesso à educação já estabelece barreiras para sua futura inserção no mercado de trabalho formal, excluindo-os, portanto, do processo produtivo, embora “incluídos” no processo formativo-educacional.

Ainda, em virtude do baixo nível de qualificação; do maior número de pessoas com deficiência na população idosa, fora da faixa etária economicamente ativa; da ineficaz ou mesmo a falta de acessibilidade e, ainda hoje, em virtude de questões culturais excludentes, bem como em virtude dos altos níveis de desemprego e a degradação dos empregos existentes, as pessoas com deficiência inseridas no mercado de trabalho, encontram-se predominantemente situadas em faixas de renda mínima: 40,1% desta população ganha até 1 salário mínimo ou não tem rendimento e 35,2% se situam na faixa entre 1 a 3 salários mínimos, sendo a deficiência intelectual a que mais limitou a inserção no mercado de trabalho, tanto para homens como para mulheres. (FGV, 2011)

Portanto, depreende-se que em tempos flexíveis (no trabalho e na vida), de complexas relações, de precariedade generalizada, de reificação do homem, de destruição das identidades, de desarticulação social e endeusamento do capital, o mito da inclusão pelo trabalho apenas fortalece a mistificação ideológica da civilização contemporânea do capital e reforça a crença de que a inclusão/exclusão é uma questão individual de eficiência e não de deficiência.

4 CONCLUSÃO

Vivemos tempos complexos, não há dúvida, mas a complexidade também carrega em si o cerne da mudança. Prova disso é a constatação de que o capitalismo deste século não é o mesmo dos séculos anteriores e sua crise atual aponta, cada vez mais, para a necessidade de construção de um outro modo societário de organização.



A reestruturação produtiva do capital, em meio a sua crise estrutural, obrigou a sociedade a reestruturar a vida, em função da nova ordem capitalista. São novos tempos, velozes e modernos, que imprimem novas formas de relacionamento, padronizam comportamentos, globalizam a comunicação e revolucionam tecnologicamente o trabalho. Para um mundo assim tão novo – e rapidamente, e ao mesmo tempo, ultrapassado – faz-se necessário um trabalhador novo, em outras palavras, um trabalhador que se metamorfoseia tão rapidamente quanto o efêmero e flexível mundo do trabalho e suas modificações contemporâneas.

Como destaca Antunes (1999, p. 38), o que vale para a lógica capitalista é o capital e a “força humana de trabalho só conta enquanto parcela imprescindível para a reprodução deste mesmo capital”. No entanto, é no interior do próprio capitalismo contemporâneo, com todas as contradições do modo de produção capitalista intensificadas, que se abre a possibilidade de criação de um novo mundo, verdadeiramente novo, assentado em princípios de uma organização societária feita na medida das necessidades humanas para além do capital, abusando da expressão popularizada por Mészáros.

REFERÊNCIAS

ANACHE, Alexandra Ayach. **O deficiente e o mercado de trabalho: concessão ou conquista?** Revista Brasileira de Educação Especial, Piracicaba/SP, v. 2, n. 4, p. 119-126, 1996.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho.** 3. ed. São Paulo: Boitempo, 1999.

_____. Trabalho e precarização numa ordem neoliberal. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; GENTILI, Pablo. (Org.). **A cidadania negada: políticas de exclusão na educação e no trabalho.** 2. ed. São Paulo: Cortez; Buenos Aires/Argentina: CLACSO, 2001. p. 35-48.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **A inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho.** 2. ed. Brasília: MTE/SIT, 2007.

CARDOZO, Maria José Pires Barros. A produção flexível e a formação do trabalhador: o modelo da competência e o discurso da empregabilidade. In: SOUSA, Antônia de Abreu. et al. (Org.). **Trabalho, capital mundial e formação dos trabalhadores.** Fortaleza: SENAC/ UFC, 2008. p.163-181.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS/INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA/CENTRO DE POLÍTICAS SOCIAIS. **Retratos da deficiência no Brasil.** Disponível



em: http://www.cps.fgv.br/ibre/cps/deficiencia_br/inicio.htm. Acesso em 16 de jun. 2011.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Livro primeiro: o processo de produção do capital. 13. ed., v. 1, Tradução Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

_____. **O capital**: crítica da economia política. Livro primeiro: o processo de produção do capital. 12. ed., v. 2, Tradução Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

MÉSZÁROS, István. **O desafio e o fardo do tempo histórico**: o socialismo no século XXI. Tradução Ana Cotrim e Vera Cotrim. São Paulo: Boitempo, 2007.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. As reformas em curso nos sistemas públicos d educação básica: empregabilidade e equidade social. In: OLIVEIRA, Dalila A.; DUARTE, Marisa R. T. (Orgs). **Política e trabalho na escola**: administração dos sistemas públicos de educação básica. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.